

1 **Ata da XLII (quadragésima segunda) Reunião do Colégio Nacional dos Defensores**
2 **Públicos Gerais, reunido em sessão ordinária realizada no** o dia 27 de julho de 2020, às
3 9h, realizada por videoconferência, através do aplicativo *Google Meet*, reuniu-se o **COLÉGIO**
4 **NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS GERAIS**, sob a presidência de **MARIA JOSÉ**
5 **SOUZA SILVA DE NÁPOLIS (DPG/DF)**, com a participação de representantes das comissões
6 especializadas e de representantes da ANADEP e da CNCG. A presidente da sessão saudou
7 a todos e agradeceu a presença dos conectados na reunião do CONDEGE por
8 videoconferência, necessária em razão da pandemia da Covid-19. A presidente realizou a
9 contagem de *quórum*, havendo maioria absoluta dos membros, **declarou instalada a reunião**
10 e prosseguiu segundo os itens da pauta. **Item 1. Aprovação de ata da 41ª Sessão Ordinária**
11 **do CONDEGE**, realizada no dia 10 de junho de 2020, por videoconferência; a ata foi aprovada
12 à unanimidade, com a ressalva feita por RICARDO DE PAIVA (DPG-AM) quanto ao termo
13 LGBT, para que passe a constar LGPD; **Item 2. Presidência do CONDEGE, MARIA JOSÉ**
14 **SILVA SOUZA DE NÁPOLIS (DPG-DPDF). Apresentação do planejamento anual do**
15 **CONDEGE.** A presidente, MARIA JOSÉ DE NÁPOLIS (DPG-DPDF), registrou que elaborou,
16 com a auxílio de sua equipe e dos componentes da Diretoria, Plano de Ações para nortear a
17 atuação do CONDEGE no exercício de seu mandato. O plano foi construído em cinco eixos
18 principais de atuação, o qual foi apresentado em reunião e enviado para todos os componentes
19 do grupo do Condege. A presidente aproveitou a oportunidade para agradecer ao apoio dos
20 demais membros da Diretoria e ao coordenador das comissões. DOMILSON RABELO (DPG-
21 DPGO) parabenizou a proposta do banco de peças e o plano de ações elaborado,
22 especialmente as campanhas sugeridas. Sugeriu que cada Defensoria Pública assumisse uma
23 campanha temática, de maneira a desonerar a equipe da atual gestão. Colocou a DPGO à
24 disposição para colaborar com as campanhas. ELIZABETH CHAGAS endossou a proposta do
25 DOMILSON RABELO, ao tempo em que parabenizou as propostas do plano de ações. JOSÉ
26 FABRÍCIO ressaltou que o plano apresentado é exequível e dá visibilidade ao trabalho das
27 Defensorias Públicas. Ademais, registrou que o CONDEGE pode contar com a DPPE.
28 **DOMILSON RABELO comprometeu-se a realizar um projeto sobre as campanhas**
29 **temáticas a ser lapidado pelos demais colegas no prazo de 10 dias; Item 3. Presidência**
30 **do CONDEGE, MARIA JOSÉ SILVA SOUZA DE NÁPOLIS (DPG-DPDF). Estabelecimento**
31 **de um fluxo de atuação em processos do CNJ em que haja prazo para manifestação.** A
32 presidente MARIA JOSÉ DE NÁPOLIS (DPG-DPDF) ressaltou a necessidade de se
33 estabelecer um fluxo para a atuação perante o CNJ. Os integrantes do Colegiado
34 manifestaram-se no sentido da necessidade de encaminhamento prévio ou posterior (se o caso,
35 por conta da escassez de tempo hábil) das manifestações enviadas ao CNJ. Nesse sentido,
36 ELIZABETH CHAGAS (DPG-DPCE) registrou a necessidade de ter acesso às manifestações
37 do CONDEGE, para saber das posições do conselho. NIKOLAS KATAPODIS (DPMG)
38 ressaltou que a atual gestão tem o seu apoio e ratificou os apontamentos da ELIZABETH
39 CHAGAS quanto à necessidade de divulgação do posicionamento do CONDEGE, ainda que
40 posteriormente; **Item 4. JOSÉ FABRÍCIO LIMA SILVA (DPG-DPPE) e PEDRO COELHO**
41 **(ANADEP). Organização das Defensorias Públicas para o retorno do atendimento**
42 **presencial;** JOSÉ FABRÍCIO (DPG-DPPE) ressaltou a necessidade de se aprovar um
43 protocolo com balizamentos mínimo para o retorno das atividades das Defensorias Públicas.
44 RODRIGO PACHECO (DPG-DPRJ) registrou o trabalho que tem realizado na DPRJ quanto ao
45 plano de retomada das atividades presenciais. Sugeriu documentar e justificar todas as
46 tomadas de decisão nesse contexto de retomada das atividades presenciais. A presidente

47 MARIA JOSÉ DE NÁPOLIS (DPG-DPDF) ressaltou a necessidade de serem estabelecidas
48 proposições mais gerais, em virtude das peculiaridades de cada Estado. ERISVALDO
49 MARQUES (DPG-DPPI), JOAO JOFFILY (DPG-DPSC), ELIZABETH CHAGAS (DPG-DPCE) e
50 FLOSVALDO (DPG-DPSP) falaram sobre as experiências em seus estados; **Item 5.**
51 **RIVANA RICARTE (ANADEP). Atuação das Defensorias Públicas estaduais e do Distrito**
52 **Federal na condição de *custos vulnerabilis*.** A presidente passou a palavras à vice-
53 presidente da ANADEP, RIVANA RICARTE, que discorreu sobre a atuação da Defensoria
54 Pública na condição de *custos vulnerabilis*. Compartilhou a preocupação da falta de
55 regulamentação da atuação do *custos* e a utilização do instituto, de forma desvirtuada, a ponto
56 de provocar, inclusive, atrasos em processos de *Habeas Corpus*. Após a manifestação de
57 RODRIGO PACHECO (DPG-DPRJ), PEDRO COELHO (presidente da ANADEP), ELIZABETH
58 CHAGAS (DPG-DPCE), NIKOLAS KATAPODIS (DPMG), RAFSON XIMENES (DPG-DPBA),
59 JOSE FABRICIO (DPG-DPPE) e MARCUS EDSON (presidente do CNCG) e JOAO JOFFILY
60 COUTINHO (DPG-DPSC), que endossaram a preocupação da vice-presidente da ANADEP
61 RIVANA RICARTE, a **presidente apresentou duas sugestões de encaminhamento para: a)**
62 **construção de uma nota técnica e recomendação do CONDEGE, a serem aprovadas na**
63 **próxima reunião, sobre a desnecessidade da atuação como *custos vulnerabilis* quando**
64 **já há atuação da Defensoria Pública; e b) montar um grupo de trabalho para estabelecer**
65 **a representação de todas Defensorias Públicas em Brasília.** ELIZABETH CHAGAS (DPG-
66 DPCE) concordou com a proposta, mas ressaltou a importância de que cada Defensoria Pública
67 tenha uma portaria para regulamentar a atuação como *custos vulnerabilis*. RODRIGO
68 PACHECO (DPG-DPRJ) sugeriu que seja feito um ato conjunto com a ANADEP e a CNCG.
69 **Por unanimidade o colegiado aprovou as sugestões de encaminhamento. Quanto à**
70 **criação de nota técnica e recomendação do CONDEGE, serão elaboradas por RODRIGO**
71 **PACHECO (DPG-DPRJ) e apresentadas para aprovação na próxima reunião.** ERISVALDO
72 MARQUES (DPG-DPPI) demonstrou interesse de que a DPPI tenha representação em Brasília.
73 MONICA (SUBDPG-DPPA) também demonstrou interesse. JOSÉ FABRÍCIO informou que a
74 DPPE possui um espaço em Brasília que pode compartilhar. **Quanto à criação do grupo de**
75 **trabalho, a presidente informou que encaminhará um convite para todos os DPGs para**
76 **participação desse grupo; Item 6. Presidência do CONDEGE, MARIA JOSÉ SILVA SOUZA**
77 **DE NÁPOLIS (DPG-DPDF). Propostas de orientações de trabalhos, no contexto da**
78 **pandemia, nos temas seguintes temas: a) restrições de liberdade de locomoção e de**
79 **comércio; b) população em situação de rua; c) defesa dos catadores; d) renda básica e**
80 **assistência à população vulnerável; e e) defesa da população LGBTI+. Exposição dos**
81 **trabalhos pela Comissão de Direitos Humanos e apreciação pelo colegiado.** Inicialmente,
82 a presidente MARIA DE NÁPOLIS (DPG-DPDF) agradeceu ao coordenador das comissões
83 CLODOALDO QUEIROZ (DPG-DPMT) por todo o trabalho que vem fazendo. Ademais,
84 registrou que a atuação no CNJ é fruto do trabalho desenvolvido pela gestão anterior e que a
85 atual gestão tem dado continuidade a esse trabalho. Após receber a palavra, RIVANA
86 RICARTE (VICE-PRESIDENTE DA ANADEP) parabenizou a gestão da DPG do Acre. Após,
87 explicou que a exposição será realizada também por outros colegas da comissão. Ressaltou
88 que a comissão realizou cinco orientações de trabalho durante a pandemia. Posteriormente,
89 Davi Quintanilha Failde de Azevedo, membro da comissão de Direitos Humanos, recebeu a
90 palavra. Explicou que fizeram 5 recomendações de trabalho. Falou sobre as recomendações
91 relativas à saúde e à população de rua, durante o período de pandemia. Henrique da Fonte,
92 membro da comissão, falou sobre as orientações sobre renda básica assistencial e sobre a

93 defesa da população LGBTI+, durante o período de pandemia. **A presidente agradeceu o**
94 **trabalho da comissão e perguntou se os membros do CONDEGE aprovam as**
95 **recomendações da comissão, ao que FABRICIO e FLORISVALDO, bem como os demais**
96 **membros, manifestaram-se positivamente; Item 7. NIKOLAS STEFANY MACEDO**
97 **KATAPODIS (DPMG) e RODRIGO BAPTISTA PACHECO (DPG-DPRJ).**
98 **Aprimoramento/Regulamentação do peticionamento integrado.** RODRIGO PACHECO
99 (DPG-DPRJ) registrou o problema nas comarcas em que não há Defensoria Pública. Propõe
100 que as Defensorias Públicas protocolizem a petição e requeiram a nomeação de um defensor
101 dativo nessa hipótese. Apontou também a questão da reanálise da hipossuficiência quando há
102 critérios diferentes entre a Defensoria Pública que elabora a petição e que a recebe. Entende
103 ser necessário dar uma uniformidade de tratamento e estabelecimento de um padrão a ser
104 utilizado (ou da Defensoria peticionante ou da Defensoria que recebe a petição). NIKOLAS
105 KATAPODIS (DPMG) ressaltou que há informações que não constam nas petições
106 encaminhadas pelas Defensorias Públicas (telefone, email, testemunhas no caso de
107 contestação ou declaração de que não há testemunhas, etc). Questionou a maneira como
108 poderia ser feita a alteração do termo de cooperação. ELIZABETH CHAGAS (DPG-DPCE)
109 entende que o critério de hipossuficiência deve ser o da Defensoria Pública que elabora a
110 petição. ERISVALDO MARQUES (DPG-DPPI) registrou que é possível que haja extinção do
111 processo se houver o protocolo da petição em locais em que não haja Defensoria Pública.
112 JOAO JOFILLY (DPG-DPSC) informou que na DPSC recebem as petições e fazem o protocolo
113 com pedido de nomeação de dativo. A presidente MARIA JOSÉ DE NÁPOLIS (DPG-DPF)
114 apresentou também preocupação com o protocolo de petições em locais em que não haja
115 Defensoria Pública. Após debate, **foi decidido pela elaboração de uma minuta por NIKOLAS**
116 **KATAPODIS (DPMG), em que serão abordados os pontos debatidos e a qual será**
117 **apreciada na próxima reunião ordinária. Item 8. Diretoria do CONDEGE, RICARDO PAIVA**
118 **(DPG-DPAM).** Participação do condege no grupo do CNJ que trata sobre a compilação de
119 números no período de pandemia. A presidente informou que o CNJ tem realizado reuniões
120 sobre compilação de números durante a pandemia. RODRIGO PACHECO (DPG-DPRJ) disse
121 que há reunião toda segunda-feira com o CNJ. A Conselheira responsável sugeriu a compilação
122 dos dados de todas as Defensorias. A Presidente informou que os Defensores Públicos-Gerais
123 Ricardo e Rodrigo participarão do grupo e que os dados solicitados serão informados
124 diretamente ao CNJ; **Item 9. Presidência do CONDEGE, MARIA JOSÉ SILVA SOUZA DE**
125 **NÁPOLIS (DPG-DPDF). Viabilidade de termo de cooperação com o Ministério da Mulher,**
126 **da Família e dos Direitos Humanos acerca da proteção às vítimas.** A presidente MARIA
127 JOSÉ SILVA SOUZA DE NÁPOLIS (DPG-DPDF) trouxe para a discussão a possibilidade de
128 se firmar Termo de Cooperação com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
129 acerca do atendimento a vítimas de violência. Ressaltou que, em reunião realizada com o
130 Secretário Nacional de Direitos Humanos, foi exposto o projeto, oportunidade em que sugeriu
131 a realização de campanha nacional conjunta e ressaltou a necessidade de que constasse, no
132 orçamento da União, a possibilidade de emendas parlamentares, a fim de subsidiar as
133 Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal na execução do projeto conjunto, o que
134 foi acolhido pelo Secretário Nacional. Salientou, por ocasião da reunião, ademais, que a pouca
135 estrutura das Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal impunham um incremento
136 orçamentário para o desenvolvimento mais efetivo do projeto. **Por unanimidade, o colegiado**
137 **aprovou a assinatura do Termo de Cooperação em comento. Item 10. JOSÉ FABRÍCIO**
138 **LIMA SILVA (DPG-DPPE). Grupo de trabalho de mediação. Exposição dos trabalhos pelo**

139 **GT.** Inicialmente, JOSÉ FABRÍCIO SILVA DE LIMA (DPG-DPPE) explicou que a diretriz
140 primeira do GT foi conhecer as especificidades de cada Defensoria Pública e colaborar com o
141 tema. Em seguida, Cristiane Serra Ferreira agradeceu a oportunidade da fala e trouxe reflexões
142 sobre a mediação. Ressaltou que o atual sistema tem limitações para atender ao interesse da
143 população, em especial da população vulnerável. Explicou a importância da atuação
144 consensual, que traz protagonismo e autonomia para a Defensoria Pública por força da decisão
145 da população. Registrou que os acordos desenvolvidos na atuação consensual são mais
146 sustentáveis e o GT tem trabalhado com estratégias concretas que as Defensorias Públicas de
147 todo Brasil tem experimentado. Registrou também que a única instituição que permaneceu em
148 atendimento no período de pandemia, para garantir a possibilidade de consenso entre as
149 pessoas, foi a Defensoria Pública. Após, JOSÉ FABRÍCIO (DPG-DPPE) ressaltou a
150 necessidade de reunião com cada DPG com o propósito de trabalhar um modelo de solução
151 consensual de conflitos. Registrou que será elaborado um cronograma para tanto e que a
152 intenção do GT é criar um protocolo de intenção para fortalecer a mediação em todas as
153 Defensorias Públicas. A presidente agradeceu a fala da representante do GT e de JOSÉ
154 FABRÍCIO, ao tempo em que registrou a necessidade de trabalhar a mediação em todas as
155 Defensorias Públicas do país. Ressaltou o interesse do CONDEGE em estabelecer estratégias
156 de implementação da mediação nas Defensorias Públicas. ELIZABETH CHAGAS (DPG-DPCE)
157 parabenizou todo o esforço de manutenção das atividades das Defensorias Públicas durante o
158 período de pandemia. RICARDO PAIVA (DPG-DPAM) alertou para a necessidade de acelerar
159 o processo de criação dos núcleos de mediação; **Item 11. Presidência do CONDEGE, MARIA**
160 **JOSÉ SILVA SOUZA DE NÁPOLIS (DPG-DPDF). ADI 6467. Estratégias de atuação.** A
161 presidente MARIA DE NÁPOLIS (DPG-DPDF) informou que teve uma reunião presencial com
162 o Procurador-Geral da República sobre a ADI 6467 MA e que já há reunião agendada para a
163 data de 03/08 para tratar das ADIs 6467 (MA), 6413 (MT) e 6478 (AM), em que estarão
164 presentes os respectivos Defensores Públicos-Gerais e o presidente da ANADEP. **Item 12.**
165 **Presidência do CONDEGE, MARIA JOSÉ SILVA SOUZA DE NÁPOLIS (DPG-DPDF). Lei**
166 **complementar 173 frente à emenda constitucional 80. Aprovação de atuação.** A presidente
167 registrou que na reunião com o PGR foi tratado também sobre a LC 173 diante da EC 80. Na
168 ocasião, foi solicitado informalmente ao PGR atuação frente à Lei Complementar 173, tendo
169 em vista o teor da Emenda Constitucional 80. Após a manifestação do PEDRO COELHO
170 (presidente da ANADEP) em que sugeriu que seja tentada a iniciativa do MPF, **o colegiado**
171 **manifestou-se no sentido de que seja encaminhada manifestação do CONDEGE para o**
172 **MPF com pedido de questionamento da constitucionalidade da LC 173 diante da EC 80;**
173 **Item 13. Presidência do CONDEGE, MARIA JOSÉ SILVA SOUZA DE NÁPOLIS (DPG-**
174 **DPDF).** Estratégias para atuação quanto à distribuição de merendas aos estudantes no
175 contexto da pandemia (ofício nº 73/20 CONDEGE). A presidente registrou o envio do ofício 73
176 com pedido de informações às DPs quanto à entrega de merendas aos alunos. **A presidente,**
177 **MARIA JOSÉ DE NÁPOLIS (DPG-DPDF) que entrará em contato com o DPG do Rio de**
178 **Janeiro, onde as ações foram propostas, a fim de viabilizar uma atuação do Colegiado;**
179 **e Item 14. Informes gerais e apresentação das atividades do período.** Ao final, a presidente
180 leu relatório de atuação e agradeceu a presença de todos. **Nada mais, foi finalizada a reunião,**
181 **sendo a ata lavrada por mim, RODRIGO DE BRAGANÇA DOIN, Defensor Público do Distrito**
182 **Federal, _____, e assinada pelos presentes. Brasília/DF, 27 de julho**
183 **de 2020, 14h20min.**

184

MARIA JOSÉ SILVA SOUZA DE NÁPOLIS

185

Presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais – CONDEGE
Defensora Pública-Geral do Distrito Federal

186

187

188

189

MARCUS VINICIUS SOARES ALVES

190

Vice-presidente do Colégio Nacional dos Defensores Público-Gerais – CONDEGE
Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Norte

191

192

193

194

RICARDO QUEIROZ DE PAIVA

195

Secretário Geral do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais – CONDEGE
Defensor Público-Geral do Estado do Amazonas

196

197

198

199

FLORISVALDO ANTONIO FIORENNO JUNIOR

200

Secretário Adjunto do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais – CONDEGE
Defensor Público-Geral do Estado de São Paulo

201

Simone Jaques de Azambuja Santiago

Defensora Pública-Geral
do Estado do Acre

Erisvaldo Marques dos Reis

Defensor Público-Geral
do Estado do Piauí

Ricardo Queiroz de Paiva

Defensor Público-Geral
do Estado do Amazonas

Rodrigo Babtista Pacheco

Defensor Público-Geral do Estado do Rio
de Janeiro

Rafson Saraiva Simenes

Defensor Público-Geral do Estado da Bahia

Antonio Flávio de Oliveira

Defensor Público-Geral
do Estado do Rio Grande do Sul

Elizabeth das Chagas Sousa

Defensora Pública-Geral
do Estado do Ceará

Oleno Matos

Subdefensor Público-Geral
do Estado de Roraima

Marcello Paiva de Mello

Subdefensor Público-Geral
do Estado do Espírito Santo

João Joffily Coutinho

Defensor Público-Geral do Estado de Santa
Catarina

Domilson Rabelo da Silva

Defensor Público-Geral do Estado de Goiás

Florivaldo Antonio Fiorentino Junior

Defensor Público-Geral do Estado de São
Paulo

Fabio Rogério Rombi da Silva

Defensor Público-Geral do Estado do Mato
Grosso do Sul

José Leó de Carvalho Neto

Defensor Público-Geral do Estado de
Sergipe

**Clodoaldo Aparecido Gonçalves de
Queiroz**

Defensor Público-Geral

Fábio Monteiro dos Santos

do Estado do Mato Grosso

Nikolas Stefany Macedo Katapodis
Assessor de Planejamento e Infraestrutura
Defensoria Pública do Estado de Minas
Gerais

Monica Palheta Furtado Belém Dias
Subdefensora Pública-Geral do Estado do
Pará

Maria Madalena Abrantes Silva
Subdefensora Pública-Geral do Estado da
Paraíba

José Fabrício Lima Silva
Defensor Público-Geral do Estado de
Pernambuco

Defensor Público-Geral do Estado do
Tocantins

Pedro Paulo Coelho
Presidente da ANADEP

Rivana Ricarte
Vice-presidente da ANADEP

Marcus Edson de Lima
Presidente do CNCG DPE/DPFT/DPU